

A REVOLUÇÃO DE 25 DE ABRIL DE 1974 EM MOÇAMBIQUE*

FERNANDO TAVARES PIMENTA**

Neste estudo vamos analisar o processo revolucionário de 25 de Abril de 1974 em Moçambique. Para o efeito, vamos ter em consideração o período compreendido entre a realização do golpe de Estado em Lisboa (25 de Abril de 1974) e a data da tomada de posse do Governo de Transição de Moçambique (21 de Setembro de 1974). Durante estes cinco meses, Moçambique participou das vicissitudes da revolução portuguesa, ainda que o horizonte fosse já o da descolonização e de uma mais do que provável independência. Contudo, até à tomada de posse do Governo de Transição, liderado por Joaquim Chissano, Primeiro-Ministro indicado pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), Moçambique continuou formalmente sob a administração colonial portuguesa, estando a sua governação condicionada à evolução da situação política na metrópole. Ao invés, com a entrada em funções do Governo de Transição e à luz do que tinha sido estabelecido no Acordo de Lusaka, assinado em 7 de Setembro de 1974, Moçambique adquiriu uma administração política autónoma relativamente a Portugal, tendo então tido início a fase propriamente dita de pré-independência e que culminou na emancipação completa em 25 de Junho de 1975.

Neste sentido, podemos dizer que a tomada de posse do Governo de Transição constituiu um momento de charneira no desenrolar do processo de descolonização de Moçambique, encerrando uma primeira fase caracterizada por uma grande efervescência política própria de um processo revolucionário. Uma fase curta, mas muito movimentada do ponto de vista político e social, durante a qual a sociedade civil foi obrigada a afrontar repentinamente um conjunto de questões e de problemas, até então «silenciados» pelo regime deposto, nomeadamente o da descolonização. Para além de uma alteração das estruturas de poder e de comando no seio do Estado colonial, Moçambique viveu durante esses cinco meses uma verdadeira «explosão de liberdade», consubstanciada no livre debate de ideias e de projectos políticos, na afirmação de uma imprensa finalmente liberta das amarras da censura, na realização de reuniões, de manifestações e de comícios, na formação de um número substancial de partidos e de organizações de diferentes tendências e ideologias. Aliás, pode-

* O autor não segue o acordo ortográfico de 1990.

** Universidade Nova de Lisboa — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Instituto de História Contemporânea (IHC). O IHC é financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos UIDB/04209/2020 e UIDP/04209/2020. Email: fernandopimenta_2000@yahoo.com. Fernando Tavares Pimenta (Prémio 2009).

mos afirmar com propriedade que esses meses representaram o momento de maior abertura e de liberdade vivida pela sociedade civil moçambicana até à instituição do multipartidarismo na década de 1990.

Esta maior liberdade contrasta com a situação que se veio a criar em Moçambique a partir de Setembro de 1974, ou seja, após a assinatura do acordo de independência e a subsequente entrada em funções do Governo de Transição. Tal como definido no Acordo de Lusaka, o período de transição serviu, entre outras coisas, para preparar o terreno à criação de um regime de partido único em Moçambique. Assim, os partidos formados durante os meses iniciais do processo revolucionário desapareceram ou passaram a actuar na clandestinidade; a imprensa passou a ser definitivamente controlada pelos sectores afectos à Frelimo (concluindo um processo iniciado alguns meses antes); e o refluxo da sociedade civil foi evidente. Os intentos democratizantes da revolução foram substituídos por um projecto político que visava a modernização da sociedade moçambicana e a elevação das condições de vida da população, mas que recusava os princípios da democracia liberal e não tolerava a existência de uma oposição ou de vozes dissidentes ao regime de inspiração marxista-leninista instituído pela Frelimo. A Frelimo adquiriu o monopólio do poder político, colocando um ponto final no processo revolucionário espoletado pelo 25 de Abril de 1974.

Mas para compreender melhor as características do processo revolucionário em Moçambique, importa primeiro proceder à sua contextualização histórica, tendo em conta a evolução do colonialismo português no território moçambicano antes de 1974.

O CONTEXTO HISTÓRICO DO COLONIALISMO PORTUGUÊS EM MOÇAMBIQUE

Com uma superfície de 799 380 quilómetros quadrados, Moçambique ocupa uma ampla faixa costeira nas margens do Oceano Índico, fazendo também a transição da África Oriental para a África Austral. As suas fronteiras foram estabelecidas em acordos internacionais realizados durante o período colonial, entre portugueses, ingleses, alemães e bóeres, e que determinaram a formação de um território com uma longa linha de costa, mas com um reduzido *hinterland*, especialmente no Sul. Vários povos africanos, com pouca ligação entre si, foram agregados no âmbito das fronteiras coloniais de Moçambique. São cinco os principais grupos etnolinguísticos moçambicanos, todos do ramo banto: Macua-Lomwe, Maconde e Yao, a Norte do rio Zambeze, e os Shona e Thonga a Sul¹. No litoral há ainda que assinalar a existência de uma significativa influência islâmica e, nalguns casos, indiana.

Por outro lado, os portugueses estiveram estabelecidos de forma permanente nalgumas cidades e pontos da costa e do vale do rio Zambeze desde o século XVI,

¹ RITA-FERREIRA, 1958; DIAS, 1964.

nomeadamente na ilha de Moçambique, em Quelimane e em Tete. Contudo, a maior parte do território só foi ocupada militarmente pelas forças portuguesas no final do século XIX, senão mesmo nas primeiras duas décadas do século XX². Data desta época o desenvolvimento das duas principais urbes: Lourenço Marques (a capital, actual Maputo) e a Beira, duas cidades portuárias e sedes de duas importantes linhas férreas fundamentais para as comunicações com os territórios vizinhos, em particular com o Transval, na África do Sul, e com a Rodésia do Sul (Zimbabwe)³. De referir que, para além dessas cidades, o povoamento branco foi bastante relevante nalgumas zonas do vale do rio Limpopo (no Sul) e no planalto do Chimoio (Vila Pery, no Centro). Na década de 1960, foram criados alguns colonatos brancos nas zonas férteis dos distritos de Niassa e de Cabo Delgado (no Norte), ao mesmo tempo que se procedeu ao desenvolvimento acelerado da cidade de Nampula. Assim, os colonos brancos passaram de 17 842 em 1928, para 27 438 em 1940, 48 213 em 1950, 97 245 em 1960 e 162 967 em 1970. Neste ano constituíam cerca de 2% do total da população moçambicana, que rondava os 8 168 933 efectivos. De salientar ainda que nas localidades de mais antiga colonização havia uma significativa população mestiça⁴.

Em termos políticos, Moçambique fazia parte de um Império colonial extremamente centralizado, em especial durante o período do Estado Novo⁵. Em última análise, o poder residia no governo de Lisboa, que nomeava e demitia a seu bel-prazer o Governador-Geral, figura máxima da hierarquia do Estado colonial. A intervenção dos colonos e da restante população na governação era muito reduzida. O Conselho Legislativo, criado em 1955, tinha uma função pouco mais do que consultiva e, mesmo quando as suas funções foram alargadas no final da governação marcelista⁶, nunca teve verdadeiro poder, nem autonomia em relação ao poder executivo. Além disso, o regime ditatorial de Salazar impediu a formação e o desenvolvimento de partidos políticos quer entre os colonos, quer entre a população africana. Os sindicatos e a imprensa eram severamente controlados pela ditadura, nomeadamente pela censura e pela polícia política portuguesa, a famigerada Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE)⁷.

No entanto, durante os períodos eleitorais para a Assembleia Nacional (de Lisboa) e para a Presidência da República, a ditadura permitia o aparecimento de listas oposicionistas. Foi neste contexto que surgiu o Movimento de Unidade Democrática

² PELISSIER, 1987.

³ MENDES, 1985; NEWITT, 1995; PIMENTA, 2019: 133-153.

⁴ Em 1970, para além dos 162 967 brancos, residiam na colónia cerca de 50 189 mestiços, 22 531 indianos, 3814 chineses e 7 929 432 negros. Sobre o povoamento branco dos territórios africanos veja-se: PIMENTA, 2014: 93-110, 2018: 27-49; CASTELO, 2007.

⁵ PIMENTA, 2010.

⁶ PIMENTA, 2016: 12-30.

⁷ UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. Centro de Estudos Africanos, 1993. Cf. ISAACMAN, ISAACMAN, 1983.

(MUD), em 1945, mais tarde severamente reprimido pelo regime, ou a candidatura oposicionista do General Humberto Delgado à Presidência da República, em 1958. Em Moçambique, a oposição democrática exerceu uma consistente influência política, em especial em Lourenço Marques e na Beira. Estes oposicionistas eram na sua maioria advogados e outros profissionais liberais, quase todos brancos, que não dependiam directamente da administração pública e que dispunham de um estatuto social bem firmado na sociedade colonial, sendo por isso tolerados pelo regime⁸.

Por outro lado, o Estado Novo rejeitou terminantemente a autonomização política de Moçambique, recusando discutir o problema da descolonização mesmo quando as outras potências europeias começaram a preparar as independências das respectivas colónias nas décadas de 1950 e de 1960⁹. E tão pouco aceitou a formação de movimentos nacionalistas nas colónias africanas. Esta situação obrigou os moçambicanos com ideais nacionalistas a se organizarem politicamente na clandestinidade e, perante as dificuldades de desenvolverem as suas actividades no interior da colónia, a saírem para o exílio. Foi neste contexto que foi fundada a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), em Dar-es-Salaam, na Tanzânia, em 25 de Junho de 1962¹⁰. A Frelimo nasceu da fusão de três organizações nacionalistas preexistentes: a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), a Mozambique African National Union (MANU) e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI). Eduardo Mondlane, um intelectual negro doutorado em Sociologia e professor na Universidade de Syracuse, nos Estados Unidos da América, foi o seu primeiro Presidente¹¹. Refira-se que os quadros da Frelimo eram maioritariamente negros, mas havia também um número significativo de mestiços, de indianos e até alguns brancos¹².

A recusa portuguesa em negociar a independência da colónia levou a Frelimo a lançar a luta armada pela independência em 25 de Setembro de 1964¹³. A guerrilha foi desencadeada na província setentrional de Cabo Delgado, junto à fronteira com a Tanzânia. Portugal respondeu com o reforço do dispositivo militar, envolvendo-se num terceiro conflito colonial, depois do de Angola (1961) e do da Guiné (1963). Mais tarde, a Frelimo abriu uma outra frente de combate na região de Tete, junto à fronteira com a Zâmbia, obrigando a uma dispersão das forças portuguesas. Contudo, a guerra permaneceu distante dos centros urbanos e das zonas de colonização

⁸ SANTOS, 2006; PIMENTA, 2018: 51-151.

⁹ ALEXANDRE, 2017.

¹⁰ MATEUS, MATEUS, 2010; CABAÇO, 2010; MORIER-GENOUD, *ed.*, 2012.

¹¹ MONDLANE, 1969.

¹² PASSERINI, 1970.

¹³ HENRIKSEN, 1983; GARCIA, 2003.

branca, o que transmitiu aos colonos a falsa ideia de que a situação estava sob o controlo do exército¹⁴.

No entanto, em 3 de Fevereiro de 1969, Eduardo Mondlane foi assassinado pela explosão de uma carta-bomba alegadamente preparada pela PIDE. Depois de um período de alguma indefinição, a chefia do movimento guerrilheiro foi assumida por Samora Machel¹⁵, um ex-enfermeiro negro e líder militar da guerrilha, que foi eleito Presidente da Frelimo em Maio de 1970. A partir desta data, a Frelimo sofreu uma clara radicalização à esquerda, o que levou à saída de um número significativo de quadros e de antigos dirigentes, mais conservadores, sobretudo negros, e que não viam com bons olhos a participação de brancos e de indianos nas fileiras do movimento¹⁶. A este respeito, importa salientar que a direcção da Frelimo recusou sempre qualquer tentativa de racialização do princípio da nacionalidade, mostrando-se aberta à militância de moçambicanos de todas as raças¹⁷.

No plano militar, a guerrilha conheceu progressos notáveis no final do período colonial, a despeito dos portugueses terem lançado uma poderosa operação militar em 1970, denominada de Nó Górdio¹⁸, mas que não conseguiu eliminar as forças da Frelimo. De facto, os guerrilheiros procederam a um recuo estratégico, deslocando as suas forças para outras áreas e relançando depois a luta com maior intensidade. Além disso, a construção pelos portugueses da barragem de Cabora Bassa, no rio Zambeze, permitiu à guerrilha ter um alvo militar mediaticamente relevante, o que obrigou a uma concentração de tropa colonial nessa zona para fazer face aos ataques da Frelimo. Tornava-se, aliás, cada vez mais evidente o desgaste material e moral das Forças Armadas Portuguesas¹⁹. E, em 1973, o massacre de um número elevado de africanos por tropas coloniais na zona de Wiriyamu provocou uma forte reacção internacional, contribuindo para um maior isolamento político de Portugal, o que beneficiou consideravelmente a Frelimo²⁰.

No final de 1973, a situação militar em Moçambique era cada vez mais difícil para o lado português. A Frelimo tinha intensificado as suas operações e estava a actuar a menos de cem quilómetros da cidade da Beira. A população branca começou a dar sinais de forte apreensão política pelo «inesperado» avanço da Frelimo. De facto, uma

¹⁴ CANN, 1997; AFONSO, GOMES, 2010.

¹⁵ ISAACMAN, ISAACMAN, 2020.

¹⁶ OPELLO JR., 1975: 62-82.

¹⁷ Cf. BRAGANÇA, WALLERSTEIN, 1982. Para além da Frelimo, devemos referir a existência de um nacionalismo moçambicano de matriz africana, negro, que não se reconheceu inteiramente na Frelimo. Foi o caso dos grupos de nacionalistas negros, originários em grande parte do Centro-Norte de Moçambique, que deram vida ao Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO), fundado em Lusaka, em Junho de 1965. Ao nível militar, o COREMO nunca representou uma alternativa válida à Frelimo e tão pouco constituiu uma verdadeira ameaça ao colonialismo português. Cf. PIMENTA, 2012: 65-91.

¹⁸ GOMES, 2002.

¹⁹ BERNARDO, 2003.

²⁰ HASTINGS, 1974.

parte significativa da minoria branca temia pelo seu futuro no território e encarava com cada vez mais desconfiança a actuação do exército português, que era considerado pouco eficaz no combate à guerrilha. Assim, em Janeiro de 1974, na sequência da morte da esposa de um fazendeiro branco numa operação da Frelimo, na região de Vila Pery, a população branca da Beira manifestou-se violentamente contra a tropa portuguesa, acusando-a de nada fazer para eliminar a guerrilha. Este episódio abriu uma fractura profunda entre a população branca e as Forças Armadas e contribuiu para o aumento exponencial da tensão política no interior de Moçambique²¹.

Perante a agudização da situação militar, Jorge Jardim²², um importante empresário e carismático líder político branco residente na região da Beira, tentou chegar a um entendimento com a Frelimo. Com o apoio do Presidente Banda, do Malawi, e graças à intermediação do Presidente Kaunda, da Zâmbia, Jardim terá conseguido chegar a uma espécie de «entendimento de princípios» com a Frelimo em Setembro de 1973. Denominado de «Programa de Lusaka», esse «entendimento» previa a independência de Moçambique, no quadro de uma Comunidade Lusíada, e a participação da Frelimo na futura estruturação política e administrativa do país, mas sem aceitar que a sua posição (eventualmente dominante) viesse a ser «exclusivista». Era igualmente assegurada a protecção dos interesses económicos dos portugueses na colónia e o respeito pelos direitos da minoria branca²³.

Munido destas «garantias», Jorge Jardim tentou então convencer o governo português a encetar conversações oficiais com a Frelimo. Mas a hipótese de uma negociação com a guerrilha foi recusada por Marcelo Caetano²⁴. Perante a recusa do chefe do governo, Jardim começou a ponderar fazer a secessão da colónia com o intuito de negociar sozinho — isto é, sem a participação do governo de Lisboa — com a Frelimo. Mas a revolução de 25 de Abril de 1974 apanhou Jardim de surpresa em Lisboa, o que o coibiu de coordenar as actividades políticas dos seus apoiantes em Moçambique. Impedido de regressar à colónia pelo poder revolucionário, Jorge Jardim foi mais tarde alvo de um mandato de captura emitido pelas autoridades portuguesas. Contudo, Jardim conseguiu fugir para Espanha e, depois, para a África Austral, onde permaneceu em constante movimento entre o Malawi, a Suazilândia e a África do Sul. E, muito embora tivesse tentado «reanimar» os seus contactos com a Frelimo, acabou por ser ultrapassado pelos acontecimentos, tendo sido renegado quer por portugueses, quer pelos nacionalistas da Frelimo, que o encaravam com algum receio e muita desconfiança²⁵.

²¹ PRO, FCO 45/1539, *Political Situation in Mozambique*, 1974. Cf. SCHNEIDMAN, 2005: 183-184. CARVALHO, 1991.

²² ANTUNES, 1996.

²³ JARDIM, 1976: 119-120; PRO, FCO 9/2052, *Overseas territories of Portugal*, 1974.

²⁴ Sobre a política colonial de Marcelo Caetano relativamente a Moçambique veja-se: SOUTO, 2007.

²⁵ PRO, FCO 9/2065, *Relations between Portugal and Africa*, 1974 (British High Commission, Blantyre, 31/07/1974). Cf. JARDIM, 1976: 91-135.

Paralelamente, ainda antes da queda da ditadura, surgiu em Moçambique uma «força política intermédia» entre o poder colonial e a Frelimo. Tratou-se do Grupo Unido de Moçambique (GUMO), que muito embora se tivesse apresentado como sendo multirracial, tinha uma liderança essencialmente negra. O GUMO parece ter sido suscitado — ou pelo menos apoiado — por elementos mais liberais do regime colonial, nomeadamente pelo Ministro Baltazar Rebelo de Sousa, e terá tido a conivência do Governador-Geral de Moçambique, Engenheiro Pimentel dos Santos²⁶. O objectivo dos seus mentores seria o de roubar espaço político à Frelimo e, ao mesmo tempo, o de formar uma elite política africana capaz de governar o território depois da independência. Pensava-se, talvez, na instituição de um governo de maioria negra, mas mantendo a economia solidamente nas mãos do empresariado branco e em estreita relação com a ex-metrópole. No entanto, a revolução de 25 de Abril de 1974 surpreendeu o GUMO, que ainda não estava suficientemente organizado para se constituir numa alternativa válida à Frelimo²⁷.

Neste sentido, nas vésperas da revolução na metrópole, a situação política na colónia era bastante tensa, sendo notória a degradação da situação militar e o afastamento da população branca em relação às Forças Armadas Portuguesas. Era igualmente perceptível a apreensão da população branca pelo seu futuro e, no plano nacionalista, a ausência de uma alternativa sólida à Frelimo.

A MUDANÇA DE REGIME EM MOÇAMBIQUE

As primeiras notícias do golpe de Estado na metrópole chegaram a Lourenço Marques na manhã de 25 de Abril de 1974²⁸. Perante o golpe, o Governador-Geral de Moçambique, Pimentel dos Santos, parece ter esboçado uma tentativa de resistência, tendo inclusive ordenado o encerramento do aeroporto da capital. Contudo, a intervenção de um destacamento de pára-quedistas favorável às forças revolucionárias desfez rapidamente qualquer veleidade «contra-revolucionária» por parte do Governador. Dois dias depois, o Governador-Geral foi exonerado das suas funções, tendo sido substituído pelo Secretário-Geral, Coronel David Ferreira, na qualidade de Encarregado do Governo²⁹. De imediato foi decretado o fim da censura na imprensa e a extinção da Acção Nacional Popular, mas foi assegurada a continuação da Direcção Geral de Segurança (DGS, ex. PIDE), ainda que transformada em «polícia de informações militares»³⁰.

²⁶ PRO, FCO 45/1308, *Internal situation in Mozambique*, 1973.

²⁷ PRO, FCO 9/2049, *Overseas territories of Portugal*, 1974; PRO, FCO 45/1533, *Policy of Portugal to her overseas territories*, 1974.

²⁸ «Notícias», 26 Abr. 1974: 1.

²⁹ «Notícias», 28 Abr. 1974: 1. PRO, FCO 45/1539, *Political Situation in Mozambique*, 1974.

³⁰ «Notícias», 30 Abr. 1974: 1.

Claramente, o 25 de Abril suscitou um grande interesse na sociedade moçambicana, em especial entre a população branca, que acompanhou o desenrolar do processo com curiosidade e satisfação, mas também com algum receio pelo seu futuro no território. Em Lourenço Marques, na Beira e em Vila Pery realizaram-se manifestações de apoio à Junta da Salvação Nacional (JSN)³¹. Mas nenhuma delas afrontou o problema da guerra e a questão da independência de Moçambique. A própria imprensa teve inicialmente um certo receio em tratar de forma aberta a questão da independência, optando por alinhar pela posição oficial expressa por Spínola³². De facto, Spínola distinguia os princípios da autodeterminação e da independência, pelo que reconhecia o direito dos povos coloniais ao primeiro, mas defendia a manutenção dos territórios africanos sob a bandeira portuguesa por via da formação de uma federação entre Portugal e as suas colónias. Federação essa que seria referendada pelas populações³³.

No entretanto, a partir do exterior, a Frelimo reagiu com satisfação à queda do Estado Novo, tendo saudado a vitória das forças democráticas portuguesas. Mas, ao mesmo tempo, deixou bem claro que não havia «colonialismo democrático», pelo que a única forma de colocar um ponto final na guerra era o reconhecimento português do direito do povo moçambicano à independência. Como tal, a Frelimo rejeitou liminarmente a ideia de constituição de uma federação com Portugal³⁴. E, a 3 de Maio de 1974, a direcção da Frelimo decidiu aumentar a intensidade da luta armada contra a tropa portuguesa, de forma a explorar o ambiente de confusão gerado pelo golpe em Portugal³⁵.

APARECIMENTO DE PARTIDOS POLÍTICOS

O fim da ditadura permitiu a livre constituição de movimentos políticos. A este respeito, assistiu-se a uma proliferação de partidos políticos, muitos dos quais com escassa representatividade entre a população moçambicana. Houve, porém, alguns movimentos que tiveram uma participação relevante no processo político. Vejamos os principais.

GUMO

O Grupo Unido de Moçambique (GUMO) foi o primeiro movimento a apresentar-se à população, através da publicação de um manifesto, no dia 29 de Abril de 1974. Nesse manifesto, o GUMO sublinhou os esforços no sentido de se constituir em «associação

³¹ «Notícias», 29 Abr. 1974: 5.

³² «Notícias», 27 Abr. 1974: 2.

³³ «Notícias», 28 Abr. 1974: 1. Sobre o pensamento de Spínola veja-se: SPÍNOLA, 1974, 1976, 1978.

³⁴ «Notícias», 29 Abr. 1974: 1.

³⁵ MACQUEEN, 1998: 159-160.

cívica» legalmente reconhecida antes do 25 de Abril. O GUMO apresentou também o seu programa, cujo objectivo principal era a «obtenção duma autonomia política progressiva, dentro das instituições políticas vigentes no Espaço Português atendendo às novas aberturas». Essa autonomia deveria ser obtida com a participação de todos os moçambicanos e segundo os princípios do «multirracismo, diálogo e respeito dos parâmetros legais legitimamente estabelecidos». O GUMO propunha-se servir os interesses duma Comunidade Luso-Moçambicana e, sobretudo, lutar pela participação activa de «negros-mestiços» na estrutura económica de Moçambique. De facto, embora pugnassem pelo multirracismo, o GUMO apresentava-se essencialmente como o defensor dos interesses da maioria negra. Esta situação fazia do GUMO uma espécie de concorrente interno da Frelimo, pois ambos procuravam apoios dentro da mesma base social: a maioria africana³⁶. O GUMO era liderado por uma Comissão Central composta por Máximo Dias (Presidente, indiano), Joana Simeão (Vice-Presidente, negra) e Jorge de Abreu (Responsável das Actividades Económicas, branco)³⁷.

A afirmação pública do GUMO gerou alguma tensão logo nos primeiros dias do mês de Maio de 1974. Essa tensão foi perceptível no primeiro comício realizado por esse movimento no Campo de Futebol do Xipamanine, em Lourenço Marques, em 3 de Maio. O comício reuniu cerca de 20 000 pessoas, sobretudo negros provenientes dos subúrbios, mas nem todos estavam ali para apoiar o GUMO. Durante o discurso de Joana Simeão, uma parte significativa dos presentes manifestou-se contra o GUMO, apoiando ao invés a Frelimo. Gerou-se então um certo caos e a situação tornou-se tão tensa que Joana Simeão teve de recorrer à ajuda da polícia para sair do comício³⁸. O episódio demonstrou as dificuldades de mobilização política por parte do GUMO, pesando neste caso a concorrência da Frelimo. Posteriormente, algumas franjas da minoria branca envolveram-se em confrontos com partidários do GUMO, por ocasião de outros comícios desse movimento. Esses confrontos foram particularmente sérios na Beira, na sequência de um comício realizado em 12 de Maio de 1974. O evento degenerou em graves incidentes com a população branca. Seguiu-se uma manifestação da população branca, envolvendo milhares de pessoas, em frente à residência do Governador de Distrito, perante o General Costa Gomes, que estava de visita à cidade. Os manifestantes pediram às autoridades portuguesas que pusessem fim aos desacatos e que fossem tomadas providências no sentido de ser garantida a paz e a segurança da população. Em resposta, Costa Gomes pediu

³⁶ «Notícias», 01 Mai. 1974: 2. PRO, FCO 45/1308, *Internal Situation in Mozambique*, 1973.

³⁷ «Notícias», 29 Abr. 1974: 2.

³⁸ «Notícias», 04 Mai. 1974: 1-2.

calma aos manifestantes, mas face ao crescimento da tensão, as forças de segurança tiveram de intervir, ocorrendo confrontos com os manifestantes³⁹.

Os incidentes da Beira provocaram o afastamento quase total dos brancos em relação ao GUMO, inclusivamente ao nível dos meios empresariais que o estariam a patrocinar. Como tal, o partido entrou num processo de rápida dissolução política, assistindo-se ao abandono de parte da cúpula dirigente. Jorge de Abreu foi o primeiro a tornar pública a sua demissão da Comissão Central⁴⁰. Seguiu-se uma espécie de «guerra interna» entre Máximo Dias e Joana Simeão. Esta última reivindicava uma identificação política com a população negra, em especial com os Macua, que constituíam o maior grupo etnolinguístico de Moçambique. Em meados de Junho, Joana Simeão fez uma cisão no GUMO e constituiu um novo movimento denominado Frente Comum de Moçambique (FRECOMO)⁴¹. Posteriormente, a FRECOMO confluiu, com outras pequenas forças políticas, entre as quais a COREMO, no Partido de Coligação Nacional (PCN)⁴². No entanto, Máximo Dias anunciou o fim da actividade política do GUMO a partir do dia 10 de Julho de 1974, considerando que «a criação de uma terceira força visa impor o neocolonialismo em Moçambique»⁴³. A experiência política representada pelo GUMO tinha chegado ao seu termo, saldando-se num fracasso.

Democratas de Moçambique

Outra organização política com bastante peso foi o movimento dos Democratas de Moçambique, cujo núcleo duro era formado por antigos opositores, sobretudo advogados e profissionais liberais brancos, entre os quais Almeida Santos, Pereira Leite, Adrião Rodrigues, Rui Baltazar, etc. Após a revolução de 25 de Abril, esses opositores passaram a actuar como um movimento de pressão política sobre o regime colonial e de apoio à Frelimo⁴⁴. O movimento, surgido primeiro na capital, acabou por se ramificar a vários pontos da colónia, onde tinham surgido grupos autónomos de democratas, em especial na Beira e Nampula. Todos esses grupos fundiram-se numa única estrutura política numa reunião realizada no dia 27 de Maio de 1974, sob a designação de Democratas de Moçambique.

³⁹ «Notícias», 13 Mai. 1974: 1 e 5. Segundo o Consulado Britânico em Lourenço Marques, os incidentes terão sido desencadeados por «provocadores da Frelimo». PRO, FCO 45/1540, *Political situation in Mozambique*, 1974.

⁴⁰ «Notícias», 31 Mai. 1974: 1.

⁴¹ «Notícias», 03 Jul. 1974: 12.

⁴² Em 23 de Agosto de 1974, a COREMO, a FRECOMO e um conjunto de outros pequenos partidos negros (FUMO, MONIPAMO e MONAUMO) anunciaram a constituição de uma coligação denominada de Partido de Coligação Nacional (PCN). Foram escolhidos para Presidente Uria Simango e para Vice-Presidente Paulo José Gumane PRO, FCO 45/1541, *Political situation in Mozambique*, 1974. Cf. «Notícias», 24 Ago. 1974: 2.

⁴³ «Notícias», 05 Jul. 1974: 1; PRO, FCO 45/1540, *Political situation in Mozambique*, 1974.

⁴⁴ «Notícias», 01 Mai. 1974: 2 e 13; «Notícias», 03 Mai. 1974: 1 e 2.

Nessa reunião, todos os grupos de democratas aceitaram os seguintes princípios: a) não constituem, nem têm por objectivo constituírem-se em partido político; b) reafirmam o seu apoio ao MFA; c) consideram fundamental a realização de negociações entre o governo português e a Frelimo com base no «reconhecimento do direito do Povo de Moçambique à independência»; d) denunciam todas as tentativas de criação de terceiras forças políticas. Para além disso, os Democratas definiram como objectivos: 1) impulsionar o desmantelamento do sistema criado pelo «fascismo-colonialismo»; 2) esclarecer e consciencializar politicamente a população; 3) dar a conhecer e explicar o programa da Frelimo à população; 4) impedir a quebra de unidade política do Povo de Moçambique⁴⁵.

De salientar que os Democratas conseguiram influenciar o governo português na selecção do novo Governador-Geral, obtendo a nomeação de um dos seus membros, o advogado Soares de Melo, que foi empossado em Junho de 1974⁴⁶. A este respeito, os Democratas foram muito ajudados pela nomeação de Almeida Santos — um dos fundadores do movimento — para o lugar de Ministro da Coordenação Interterritorial, do 1.º Governo Provisório, em 15 de Maio de 1974⁴⁷. Este Ministério sucedeu ao Ministério do Ultramar, herdando a sua estrutura e parte das suas funções. Almeida Santos terá sido escolhido para o exercício dessas funções em virtude das suas antigas ligações à oposição democrática na metrópole, mas também pelo seu conhecimento da realidade africana⁴⁸.

Neste sentido, com a conivência das autoridades portuguesas, os Democratas de Moçambique passaram a fazer publicamente campanha a favor da Frelimo. A 26 de Maio, o Dr. Adrião Rodrigues declarou que os Democratas subscreviam inteiramente o programa da Frelimo⁴⁹. A 31 de Maio, numa sessão realizada em Inhambane, os Democratas afirmaram que a Frelimo era o único movimento representativo de Moçambique, facto que retirava toda a legitimidade política às outras forças políticas moçambicanas⁵⁰. No dia seguinte, Soares de Melo, aos microfones da Rádio Clube de Moçambique, declarou que o socialismo era a melhor solução para Moçambique,

⁴⁵ «Notícias», 27 Mai. 1974: 1.

⁴⁶ Constituição do Governo Provisório de Moçambique: Governador-Geral, Dr. Henrique Vasco Soares de Melo; Secretário Adjunto, Dr. Patrício Campos Rodrigues da Costa; Secretário da Administração Territorial, Dr. Jorge Ribeiro; Secretário da Justiça, Dr. Sérgio Espadas Antunes; Secretário da Educação e Cultura, Professor José Martins; Secretário da Saúde e Bem Estar Social, Dr. António Paulino; Secretário da Coordenação Económica, Dr. António Mascarenhas Gaivão; Secretário do Trabalho e Segurança Social, Dr. Antero Augusto Sobral; Secretário dos Transportes e Comunicações, Tenente-Coronel Eugénio Picolo; Secretário da Comunicação Social e do Turismo, Dr. Willem Gerard Pott; Subsecretário do Planeamento e Finanças, Dr. António Cardoso; Subsecretário do Comércio, Dr. Domingos Simões; Subsecretário da Agricultura, Engenheiro Mário Carvalho. Cf. «Notícias», 19 Jun. 1974: 1; «Notícias», 26 Jun. 1974: 1.

⁴⁷ «Notícias», 16 Mai. 1974: 1.

⁴⁸ Cf. SANTOS, 1975, 2006.

⁴⁹ «Notícias», 26 Mai. 1974: 18.

⁵⁰ «Notícias», 01 Jun. 1974: 4.

numa clara alusão à orientação ideológica da Frelimo⁵¹. A 4 de Junho de 1974, Adrião Rodrigues declarou que o regime de partido único podia não ser um facto negativo, aceitando essa hipótese para Moçambique, desde que esse governo fosse formado pela Frelimo. Ao invés, a existência de vários partidos poderia constituir um perigo, na medida em que poderia «desunir o povo»⁵².

Os Democratas de Moçambique conseguiram captar o apoio dos sectores ideologicamente mais à esquerda da comunidade branca. No entanto, o seu discurso radical, de crítica severa ao sistema capitalista e com laivos de marxismo, bem como a sua recusa em reconhecer a legitimidade de outras forças políticas que não a Frelimo, com a qual reclamavam uma total identificação político-ideológica, acabou por assustar e, conseqüentemente, afastar a maioria da população branca. Neste sentido, os Democratas de Moçambique, que pretendiam preparar a minoria branca para a independência, canalizando o seu apoio para a Frelimo, acabaram por ter uma acção contraproducente, uma vez que alienaram — mais do que mobilizaram — as eventuais simpatias dos brancos.

FICO

No entretanto, no pólo oposto aos Democratas, surgiu um outro movimento político denominado de FICO. Fundado em 5 de Maio de 1974, o FICO mobilizou os sectores mais conservadores da população branca, tendo adoptado inicialmente a designação de Frente Independente de Convergência Ocidental. Para o FICO, Moçambique era — e deveria continuar a ser — «terra portuguesa». O FICO rejeitava também o socialismo soviético, pelo que defendia a adesão ao campo ocidental no quadro da luta entre os dois blocos da Guerra Fria. Enfim, o FICO considerava a Frelimo uma força político-militar inimiga, pelo menos enquanto movesse guerra a Portugal. Refira-se que vários milhares de brancos participaram na primeira manifestação do FICO em Lourenço Marques⁵³. Contudo, o FICO demorou algum tempo a esclarecer a sua posição quanto ao processo revolucionário e à questão da independência. Inicialmente deu a entender que recusava a ideia da independência. Mas, logo no dia 7 de Maio, o FICO fez saber que apoiava o programa da Junta de Salvação Nacional. Dez dias depois, o FICO apareceu já com um *slogan* politicamente menos agressivo: Ficar Convivendo, designação que veio a adoptar como nome definitivo em 21 de Maio. O FICO também declarou que o seu principal objectivo era a «manutenção de Moçambique no seio da Comunidade Luso-Brasileira»⁵⁴, aceitando a realização de

⁵¹ «Notícias», 02 Jun. 1974: 1.

⁵² «Notícias», 05 Jun. 1974: 2.

⁵³ «Notícias», 06 Mai. 1974: 1 e 4; PRO, FCO 45/1539, *Political situation in Mozambique*, 1974.

⁵⁴ «Notícias», 19 Mai. 1974: 4.

um referendo, na linha do que fora proposto por Spínola, para que fosse auscultada a vontade dos «Povos de Moçambique»⁵⁵.

Convergência Democrática da Beira

Paralelamente, na Beira surgiu uma organização de brancos liberais designada de Convergência Democrática de Moçambique. Tendo como figura de proa João Soares Cardoso, a Convergência Democrática colocava-se politicamente entre o FICO e os Democratas de Moçambique, reclamando uma posição intermédia e uma identificação com os valores da social-democracia. A Convergência Democrática defendia a instituição de um regime democrático, onde todas as tendências ideológicas pudessem exprimir livremente a sua opinião e participar na governação do país após a independência segundo a vontade do povo expressa em eleições livres⁵⁶. Era portanto a favor da eleição democrática dos representantes da população moçambicana, manifestando-se contrária a qualquer tipo de ditadura⁵⁷. Por outro lado, a Convergência Democrática reconhecia o papel fulcral da Frelimo na luta contra o colonialismo, bem como o seu direito a participar no processo de independência, mas não aceitava que o movimento liderado por Samora Machel fosse considerado o único representante do povo moçambicano. Com efeito, a Convergência Democrática considerava que a Frelimo estava a recusar ao povo moçambicano o direito à autodeterminação, na medida em que exigia a independência imediata só por si negociada. Uma situação que poderia conduzir à instituição de um regime totalitário em Moçambique. Ora, a posição da Convergência Democrática colidia frontalmente com a posição assumida pelos Democratas de Moçambique, que não concebiam a existência de outra força política representativa do povo moçambicano que não a Frelimo.

No entanto, foi em torno do controlo do jornal «Notícias da Beira» que se deu o principal embate político entre os dois movimentos. Senão vejamos. Durante o mês de Maio de 1974, os Democratas de Moçambique tinham conseguido obter o controlo dos principais meios de informação de Lourenço Marques, nomeadamente do jornal «Notícias» e da Rádio Clube de Moçambique. Na Beira a situação foi diferente. Os Democratas mostraram-se incapazes de obter o controlo do jornal «Notícias da Beira», tendo sido necessária a intervenção directa das autoridades portuguesas para que a direcção do jornal fosse retirada ao círculo político de Jorge Jardim, que estava no exílio. A administração do «Notícias da Beira» ficou então a cargo do Governo-Geral⁵⁸. Mas, no início de Julho de 1974, a Convergência Democrática obteve da parte do Governo-Geral a autorização para explorar o «Notícias da Beira». Esta situação

⁵⁵ «Notícias», 04 Jun. 1974: 5.

⁵⁶ «Notícias», 07 Jun. 1974: 4.

⁵⁷ «Notícias», 22 Jun. 1974: 7.

⁵⁸ «Notícias», 19 Jun. 1974: 1.

desagradou profundamente aos Democratas, que criticaram a decisão do Governo e acusaram a Convergência Democrática de ser a expressão política do grande capital financeiro. Os dois movimentos iniciaram então uma espécie de «guerra de comunicados», com troca de acusações e de ataques verbais, que durou semanas. Contudo, os Democratas conseguiram mobilizar a seu favor os militares portugueses, tendo a Comissão Regional do MFA na Beira expresso um parecer contrário à entrega do jornal à Convergência Democrática⁵⁹. Assim, por pressão do MFA, as autoridades portuguesas voltaram atrás na sua decisão, recusando entregar a exploração do jornal à Convergência Democrática⁶⁰.

Os Democratas de Moçambique conseguiram também influenciar os militares portugueses no sentido de se proceder à neutralização política da Convergência Democrática. De facto, a 28 de Julho de 1974, na sequência de uma reunião com a Comissão Coordenadora do MFA, a Convergência Democrática anunciou a suspensão das suas actividades. Num último comunicado dirigido à população, a Convergência Democrática denunciou o extremismo de quem tinha «fugido à discussão dos problemas», afirmando a existência de «controlo ideológico» da imprensa e da rádio por parte de grupos políticos interessados em promover sistematicamente a imagem da Frelimo e em negar e denegrir outros pontos de vista divergentes⁶¹.

CRESCIMENTO DA TENSÃO POLÍTICA E FRACASSO DO GOVERNO PROVISÓRIO

A polémica em torno do «Notícias da Beira» e o silenciamento da Convergência Democrática reflectiram o crescimento da tensão política e social em Moçambique. Esta situação deu origem aliás ao aparecimento de organizações extremistas e até de carácter paramilitar, nomeadamente o AMA. O AMA recorria à violência para exprimir a sua oposição aos Democratas e à Frelimo, tendo realizado alguns atentados com granadas em Lourenço Marques⁶². Por sua vez, a realização de actos de violência foi concomitante ao esvaziamento da autoridade do governo colonial em Moçambique. Com efeito, o processo revolucionário provocou o enfraquecimento do aparelho policial e militar no qual se apoiava a administração portuguesa. Na ausência de directivas claras por parte de Lisboa e não dispondo de uma linha de rumo bem definida relativamente ao processo de descolonização, as autoridades portuguesas foram gradualmente perdendo o controlo sobre a situação política na colónia, o que teve claras consequências no campo da ordem e da segurança. Em termos militares, o exército português cessou toda a actividade ofensiva, respondendo apenas ao fogo

⁵⁹ «Notícias», 22 Jul. 1974: 1.

⁶⁰ «Notícias», 27 Jul. 1974: 1.

⁶¹ «Notícias», 29 Jul. 1974: 5.

⁶² «Notícias», 24 Jun. 1974: 1; «Notícias», 25 Jun. 1974: 2.

inimigo, o que facilitou a penetração de guerrilheiros no território moçambicano, bem como a formação de grupos armados desgarrados.

Paralelamente, o Governo Provisório de Soares de Melo não teve tempo para actuar medidas concretas que atenuassem a tensão política e social, na medida em que esteve em funções menos de dois meses. Na verdade, Soares de Melo tentou assumir uma postura de compromisso entre as orientações de Spínola e as pressões dos Democratas de Moçambique. Assim, Soares de Melo procurou ir ao encontro de algumas das reivindicações dos Democratas, nomeadamente no que dizia respeito ao desmantelamento do aparelho repressivo da ditadura. Por exemplo, o Governador procurou eliminar a Organização Provincial de Voluntários de Defesa Civil (OPVDC) e todas as milícias paramilitares existentes no território moçambicano⁶³. E, a 8 de Junho de 1974, foi lançada uma operação militar de captura dos agentes da extinta PIDE/DGS, a chamada Operação Zebra. Durante a operação foram detidos cerca de duzentos agentes da polícia política, o que reduziu significativamente a rede de informação militar das Forças Armadas Portuguesas. Enfim, a 17 de Junho de 1974, o Governo-Geral emanou um mandato de captura contra Jorge Jardim, acusado de ser o mentor da « reacção » em Moçambique⁶⁴.

No entanto, essas medidas não eram suficientes para satisfazer os Democratas de Moçambique, que pretendiam um saneamento total da administração pública, ao mesmo tempo que não aceitavam a existência de outras forças políticas que não a Frelimo. Em meados de Julho de 1974, os Democratas denunciaram que as « forças da reacção » estavam a crescer na cidade da Beira, que os elementos da ex-PIDE/DGS estavam de novo quase todos em liberdade e que a OPVDC, os GEP e os Flechas subsistiam « intocáveis »⁶⁵. Para além disso, os Democratas não entendiam — e não aceitavam — a posição de compromisso assumida pelo Governador-Geral. Como tal, começaram a criticar Soares de Melo, pela sua condescendência para com outras forças políticas⁶⁶.

Contudo, foram factores externos à colónia que precipitaram a queda do Governo Provisório de Moçambique. Perante o agravamento da escalada de violência em Angola, Spínola nomeou uma Junta Governativa para Angola, com contornos mili-

⁶³ «Notícias», 17 Jun. 1974: 1.

⁶⁴ PRO, FCO, 45/1541, *Political situation in Mozambique*, 1974. O Consulado Britânico em Lourenço Marques afirma que teriam sido encarceradas cerca de quinhentas pessoas acusadas de pertencerem ou trabalharem para a PIDE/DGS. Muitos dos elementos detidos foram conduzidos para a Prisão de Machava, a mesma que antes servia de cadeia aos opositoristas e nacionalistas presos. Cf. «Notícias», 09 Jun. 1974: 1.

⁶⁵ «Notícias», 13 Jul. 1974: 5. Os GEP (Grupos Especiais de Pára-Quedistas) e os Flechas eram unidades militares do exército colonial formadas sobretudo por africanos. Eram tropas de elite altamente treinadas na luta contra a guerrilha da Frelimo. Segundo o Consulado Britânico em Lourenço Marques, em Maio de 1974 as Forças Armadas Portuguesas em Moçambique seriam constituídas por 54 000 homens, dos quais 40 000 seriam recrutados localmente (36 000 negros e mestiços e 4000 brancos naturais da colónia). Os militares metropolitanos seriam apenas 14 000. PRO, FCO 45/1549, *Military situation in Mozambique*, 1974.

⁶⁶ «Notícias», 05 Jul. 1974: 5.

tares, presidida pelo oficial da armada Rosa Coutinho, em 24 de Julho de 1974⁶⁷. Por arrastamento político, foi anunciada a decisão de criar uma Junta Governativa para Moçambique⁶⁸. Face a isto, Soares de Melo, sentindo-se politicamente desamparado por Lisboa, pediu a sua demissão do cargo de Governador-Geral a 25 de Julho de 1974⁶⁹. Manteve-se contudo em funções, ainda que demissionário, durante mais algumas semanas, mas já sem qualquer intervenção significativa no processo político⁷⁰.

PRIMEIRAS NEGOCIAÇÕES COM A FRELIMO

No entretanto, Portugal e a Frelimo tinham dados os primeiros passos no sentido de chegar a um acordo de cessar-fogo. Logo em Maio de 1974, o General Costa Gomes tinha enviado uma delegação de seis antigos presos políticos a Dar-es-Salaam com uma proposta de cessar-fogo para a direcção da Frelimo⁷¹. Mas as primeiras conversações oficiais só tiveram lugar a 5/6 de Junho, em Lusaka. Nestas primeiras conversações, Mário Soares e Samora Machel discutiram as condições para o estabelecimento de um cessar-fogo, sendo que a Frelimo colocou três condições essenciais: 1.º) o reconhecimento do direito à independência imediata de Moçambique; 2.º) o reconhecimento da Frelimo como única legítima representante do povo moçambicano; 3º) a transferência do poder para as mãos da Frelimo. Ora, estas exigências eram contrárias às ideias de Spínola, que pretendia a realização de um referendo para decidir o futuro das colónias portuguesas. Por isso, não foi possível avançar mais nas conversações, que entraram num impasse⁷².

No entanto, a degradação da situação militar na colónia e, sobretudo, a pressão do MFA levou a uma alteração da posição portuguesa. De facto, certas unidades militares portuguesas começaram a negociar acordos separados de cessar-fogo com os guerrilheiros, nomeadamente em Cabo Delgado, em Junho, e no Tete, em Julho de 1974. Posteriormente, a guarnição militar portuguesa de Omar, na fronteira com a Tanzânia, rendeu-se à Frelimo, tendo os soldados portugueses sido feito prisioneiros e levados para a Tanzânia. Foi um acontecimento com uma enorme repercussão mediática e que baixou ainda mais o moral das tropas. Por outro lado, o MFA foi adquirindo força no interior do aparelho do Estado colonial, constituindo-se numa

⁶⁷ PRO, FCO 45/1503, *Political situation in Angola*, 1974.

⁶⁸ «Notícias», 26 Jul. 1974: 1.

⁶⁹ «Notícias», 26 Jul. 1974: 1.

⁷⁰ Em 19 de Agosto de 1974, perante a demora na nomeação da Junta Governativa de Moçambique, Soares de Melo transmitiu formalmente o poder ao Secretário de Estado da Administração Territorial, Jorge Ferro Ribeiro, que assumiu as funções de Encarregado do Governo. Cf. «Notícias», 20 Ago. 1974: 3; PRO, FCO 45/1731, *Mozambique: annual review for 1974, 1975*.

⁷¹ Segundo o Consulado Britânico em Lourenço Marques, essa delegação terá comunicado a vontade de Costa Gomes de chegar a um acordo rápido com a Frelimo, de forma que a independência do território se concretizasse no espaço de um ano. PRO, FCO 45/1539, *Political situation in Mozambique*, 1974.

⁷² PRO, FCO 45/1534, *Policy of Portugal towards her overseas territories*, 1974. Cf. MACQUEEN, 1998: 164-167.

espécie de poder paralelo ao Governo Provisório. Assim, a 1 de Julho, o MFA exigiu o reinício das conversações com a Frelimo e, dez dias depois, recomendou, num memorando, o reconhecimento do direito à independência e da Frelimo como o mais válido representante do povo de Moçambique. A 20 de Julho, num plenário em Nampula, as delegações do MFA de Tete e de Cabo Delgado exigiram a realização de um acordo com a Frelimo e, dois dias depois, o MFA voltou a reafirmar a necessidade de se iniciarem novas conversações com o movimento guerrilheiro⁷³.

A LEI CONSTITUCIONAL N.º 7/74, O MFA E OS DEMOCRATAS DE MOÇAMBIQUE

Todos estes acontecimentos tiveram um peso significativo na evolução do processo político português, fragilizando consideravelmente a posição de Spínola. Neste sentido, perante a rápida degradação da situação militar e face ao crescimento acentuado das pressões do MFA, o Presidente da República foi obrigado a fazer modificações na política colonial no sentido de se chegar a um rápido acordo com as guerrilhas nacionalistas. Assim, a 26 de Julho de 1974, Spínola promulgou uma nova Lei Constitucional, a Lei n.º 7/74. A nova Lei Constitucional reconheceu «o direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, incluindo a aceitação da independência dos territórios ultramarinos». Tratou-se de uma clara vitória do MFA, que defendia a negociação directa da independência com as guerrilhas nacionalistas, o estabelecimento de um cessar-fogo e uma rápida transferência de poderes para as mãos desses mesmos movimentos em regime de exclusividade⁷⁴.

A promulgação da Lei n.º 7/74 abriu a porta a uma rápida solução do problema da descolonização, o que foi de imediato aproveitado pela Frelimo. Assim, a Frelimo propôs a realização de negociações com os portugueses, em Dar-es-Salaam, entre 30 de Julho e 2 de Agosto de 1974. A delegação portuguesa foi liderada por um oficial do MFA, Melo Antunes. O encontro permitiu estabelecer o quadro geral do futuro processo de independência. Ficou assim decidido: 1) a realização da independência sem referendo prévio; 2) o reconhecimento da Frelimo como único legítimo representante do povo de Moçambique; 3) a transferência do poder para a Frelimo depois de um período de governo de transição. No fundo, este primeiro entendimento entre as duas partes representou uma clara vitória da Frelimo, que viu as suas posições aceites pelos portugueses. De 14 a 17 de Agosto de 1974, houve uma nova ronda de negociações em Dar-es-Salaam, que confirmaram as posições anteriores. Estavam assim criadas as condições para a celebração do acordo final⁷⁵.

⁷³ MACQUEEN, 1998: 161.

⁷⁴ PIMENTA, 2010: 139-140.

⁷⁵ PRO, FCO 45/1534, *Policy of Portugal towards her overseas territories*, 1974; PRO, FCO 45/1731, *Mozambique: annual review for 1974, 1975*. Cf. MACQUEEN, 1998: 178-179.

No entretanto, usufruindo de um novo contexto político-militar que lhes era nitidamente favorável, os Democratas de Moçambique levaram a cabo a conclusão da sua manobra de controlo de informação, alinhando os principais órgãos de comunicação social com as posições da Frelimo. Na imprensa passou-se a defender ostensivamente a tese de que a Frelimo era «a legítima representante do povo moçambicano e que o poder deveria ser transferido em regime de monopólio para essa Frente»⁷⁶.

Além disso, uma bem orquestrada campanha jornalística procedeu à demonização política de todos os que se opunham à transferência do poder directa e exclusivamente para as mãos da Frelimo e, por esta via, à criação de um regime de partido único. Assim, os Democratas e a imprensa pró-frelimista rotularam de «reacionários» e de «colonial-fascistas» todos os que exprimiam opiniões divergentes das defendidas pelo movimento guerrilheiro. Essa campanha jornalística provocou fortes críticas da parte de vários quadrantes da sociedade moçambicana⁷⁷. E grupos mais radicais, descontentes com a atitude da imprensa, chegaram mesmo a atacar com explosivos as instalações dos jornais «Notícias» e «A Tribuna» na madrugada de 15 de Agosto de 1974⁷⁸.

Tudo isto teve pesadas consequências ao nível da psicologia da população, gerando insegurança, confusão e medo, sobretudo entre a minoria branca, que não estava preparada para lidar com a nova situação política criada pelo processo de descolonização e que temia pelo seu futuro no país após a independência.

Neste sentido, durante o mês de Agosto de 1974, assistiu-se à radicalização do discurso político, ao extremar de antagonismos e ao aumento generalizado da tensão política e social. Aliás, uma onda de greves, de manifestações e de protestos varreu o território, o que teve graves repercussões na economia e até no abastecimento de géneros de primeira necessidade às principais cidades. Para além disso, a violência contra pessoas e bens cresceu de forma exponencial, gerando um ambiente de acentuada insegurança. Com o exército praticamente paralisado, grupos de bandoleiros espalharam o pânico entre as populações rurais dos distritos do Centro e do Norte, causando numerosas vítimas entre negros, brancos, mestiços e indianos, sendo as cantinas destes últimos alvos preferenciais de assaltos, pilhagens e destruições. Em Agosto de 1974, houve mesmo uma tentativa de «limpeza étnica» por parte de grupos de africanos armados contra as minorias branca e indiana na região compreendida entre Quelimane e António Enes e, numa forma geral, na zona de Nampula. A Frelimo negou qualquer envolvimento nos acontecimentos e nunca se conseguiu apurar com exactidão quem esteve por detrás dessa «onda de violência anti-bran-

⁷⁶ «Notícias», 27 Jul. 1974: 1.

⁷⁷ «Notícias», 13 Ago. 1974: 1.

⁷⁸ «Notícias», 17 Ago. 1974: 1.

ca»⁷⁹. Mas o facto é que o medo se apossou de grande parte da população branca, de tal forma que, todas as semanas, estavam a sair da colónia cerca de mil brancos. Era o início do êxodo.

O ACORDO DE LUSAKA E A REBELIÃO DE LOURENÇO MARQUES (7 DE SETEMBRO DE 1974)

Foi, pois, neste contexto de acentuada crispação política e forte tensão social que foi assinado o acordo de independência de Moçambique, em Lusaka, no dia 7 de Setembro de 1974. O Acordo de Lusaka estabeleceu o reconhecimento português da independência de Moçambique e a transferência de poderes exclusivamente para as mãos da Frelimo, marcando a data da independência para 25 de Junho de 1975⁸⁰. Foi declarado um cessar-fogo imediato. Todos os prisioneiros de guerra deveriam ser libertados e as forças militares portuguesas deveriam ser gradualmente concentradas nas zonas urbanas a fim de facilitar o seu repatriamento. O Acordo definiu também a constituição de um Governo de Transição, formado por seis ministros nomeados pela Frelimo e três por Portugal. O Governo de Transição seria chefiado por um Primeiro-Ministro indicado pela Frelimo (Joaquim Chissano), ao passo que Portugal nomearia um Alto-Comissário, cujas funções seriam semelhantes às de um Chefe de Estado. Não teria, porém, qualquer autoridade directa sobre o Governo de Transição. Com a aprovação da Frelimo, Vitor Crespo foi mais tarde nomeado Alto-Comissário⁸¹.

Neste sentido, o Acordo de Lusaka não garantiu a instalação de uma democracia multipartidária, criando, pelo contrário, as condições à instituição de um regime de partido único em Moçambique⁸². Na verdade, o Acordo serviu acima de tudo para sancionar internacionalmente a entrega de Moçambique à Frelimo. Os signatários justificaram essa posição pelo facto de a Frelimo ter sido o único movimento moçambicano a adquirir uma «legitimidade popular pela via revolucionária indubitável», isto é, pela via militar. Por isso, foram excluídas do processo de independência e tornadas ilegais todas as outras forças políticas moçambicanas⁸³.

No entanto, o Acordo de Lusaka provocou uma reacção imediata das forças políticas excluídas do processo de independência, nomeadamente do FICO e do Partido de Coligação Nacional (PCN). Dirigentes políticos brancos — Gomes dos Santos (FICO), Hugo Velez Grilo (FICO), Gonçalo Mesquitela (da extinta Asso-

⁷⁹ «Notícias», 10 Ago. 1974: 1; «Notícias», 13 Ago. 1974: 1-2; «Notícias», 15 Ag. 1974: 1. PRO, FCO 45/1541, *Political situation in Mozambique*, 1974.

⁸⁰ MOITA, 1984: 289.

⁸¹ PRO, FCO 45/1731, *Mozambique: annual review for 1974, 1975*. Cf. MACQUEEN, 1998: 181-182.

⁸² *Apud* MOITA, 1984: 289.

⁸³ PRO, FCO 45/1542, *Political situation in Mozambique*, 1974; PRO, FCO 45/1731, *Mozambique: annual review for 1974, 1975*. Cf. *O acordo de Lusaka inconstitucional e antidemocrático não defende os interesses de Portugal e dos povos de Moçambique*. «Jornal Português de Economia & Finanças», 16-31 Dez. 1974: 7-12.

ciação Nacional Popular) — e negros — Joana Simião, Uria Simango, Kawandame, Gumane — juntaram-se numa única plataforma política para impedir a aplicação do Acordo, o Movimento Moçambique Livre (MML). O Movimento Moçambique Livre desencadeou, no próprio dia da assinatura do Acordo, uma rebelião em Lourenço Marques, ocupando a Rádio Clube de Moçambique e, momentaneamente, o aeroporto⁸⁴. O MML conseguiu ainda libertar acerca de duzentos antigos agentes da polícia política, que tinham sido presos em Junho de 1974, e mobilizar milhares de manifestantes que desfilaram nas ruas da capital moçambicana a favor do movimento⁸⁵. O MML apresentou como objectivos fundamentais a realização de um referendo imediato sobre a independência e a formação de um «governo livre, democrático e multirracial», representativo da maioria negra e dos outros segmentos demográficos moçambicanos, com a participação de todas as forças políticas⁸⁶.

Por outro lado, conscientes da sua fragilidade militar, os rebeldes apelaram, através da rádio, à intervenção sul-africana, cujas tropas estavam estacionadas na fronteira, a escassos quilómetros de Lourenço Marques. Jorge Jardim, então exilado no Malawi, mas de passagem por Johannesburg⁸⁷, era considerado o líder dos rebeldes e foi por várias vezes designado de coordenador exterior do movimento. Um número significativo de populares, sobretudo brancos, «protegia» as instalações da emissora de qualquer acção adversa, enquanto as entradas da cidade eram guardadas por elementos da ex.-OPVDC. No total, porém, os rebeldes teriam apenas duzentos e cinquenta homens armados. Na Beira e em Vila Pery também houve manifestações de apoio aos insurrectos, as quais foram dispersas pelas autoridades portuguesas. Mas na capital moçambicana, a polícia e as forças militares permaneceram «indiferentes» aos acontecimentos, abstendo-se de intervir a favor ou contra os rebeldes. O Presidente da República também se mostrou relutante em agir contra os insurrectos. Ao invés, Spínola enviou dois oficiais que lhe eram fiéis, o Tenente-Coronel Dias de Lima e o Comandante Duarte Costa, para dialogarem com os líderes da sublevação⁸⁸.

⁸⁴ Os incidentes terão começado no dia 6 de Setembro de 1974, no momento em que militantes pró-Frelimo, nomeadamente alguns Democratas, mobilizavam a população da cidade para um comício no Estádio da Machava. Durante a mobilização, um automóvel do jornal «Notícias», engalanado com quatro bandeiras da Frelimo, terá arrastado pelo chão uma bandeira portuguesa, facto que provocou a reacção de alguns brancos, registando-se então os primeiros confrontos que depois evoluíram para a rebelião. PRO, FCO 45/1542, *Political situation in Mozambique*, 1974.

⁸⁵ O Consulado Britânico em Lourenço Marques estimou em cerca de vinte mil o número de manifestantes a favor do MML. PRO, FCO 45/1543, *Political situation in Mozambique*, 1974

⁸⁶ PRO, FCO 45/1541, *Political situation in Mozambique*, 1974.

⁸⁷ PRO, FCO 9/2503, *Overseas territories of Portugal*, 1974. Segundo o relato do próprio, Jorge Jardim estava de passagem por Johannesburg no dia 7 de Setembro de 1974. JARDIM, 1976: 347-354.

⁸⁸ Spínola justificou a sua relutância em tomar medidas contra os revoltosos pelo facto de não poder agir contra «portugueses» que se haviam levantado «em defesa da honra e da dignidade da Pátria». Cf. SPÍNOLA, 1978: 307-308. Em declarações à imprensa, Melo Antunes falou da existência duma «proclamação da independência unilateral de Moçambique» pelos rebeldes de Lourenço Marques. Cf. «A Província de Angola», 12 Set. 1974: 2.

No entanto, a situação política alterou-se rapidamente a desfavor dos rebeldes. De facto, o MFA acusou o MML de «alta traição» e exigiu a neutralização imediata da rebelião. A Frelimo também reagiu aos acontecimentos de Lourenço Marques, classificando o MML de «grupo de forças racistas e reaccionárias que querem evitar a independência»⁸⁹. E, em 9 de Setembro de 1974, Spínola, pressionado pelo MFA, ratificou o Acordo de Lusaka, o que retirou aos insurrectos qualquer esperança de apoio da parte do Presidente da República. Os sul-africanos também optaram por não intervir militarmente em Moçambique, oferecendo apenas asilo político aos revoltosos. Sem o apoio de verdadeiras forças militares e dispondo apenas de um punhado de homens armados, a rebelião estava condenada ao fracasso. No dia 10 de Setembro de 1974, os líderes rebeldes terão chegado a um acordo com as autoridades portuguesas no sentido de abandonar as instalações da rádio. E, no dia seguinte, por ordem directa do General Costa Gomes, tropas pára-quedistas portuguesas, provenientes do Norte de Moçambique, colocaram um ponto final na rebelião de Lourenço Marques. Os dirigentes brancos da revolta conseguiram fugir para a África do Sul, enquanto os líderes negros passaram à clandestinidade no interior do país. Uria Simango e Joana Simião foram posteriormente presos pela Frelimo⁹⁰.

A rebelião provocou um número considerável de mortos e de feridos de todas as raças. De facto, durante a revolta, grupos de extremistas brancos efectuaram *raides* nos subúrbios pobres da capital, disparando de forma indiscriminada sobre a população africana, com o objectivo talvez de a amedrontar, causando feridos e mortos. Mas estes ataques tiveram precisamente o efeito oposto, pois espoletou a violenta reacção de milhares de populares negros que marcharam sobre a «cidade de cimento», armados de catanas, paus, pedras e ferros, e «deixando um manto de destruição à sua passagem». A este respeito, Benedito Machava, com base em relatos de alguns africanos que participaram nos acontecimentos, descreve um quadro particularmente «chocante» da forma como foram chacinados os brancos pela multidão em fúria: brancos assassinados no interior das respectivas casas ou queimados vivos, dentro de automóveis, quando tentavam fugir; mulheres esquartejadas; cadáveres abandonados nas ruas; etc. Dominada a custo por intervenção de um grupo de nacionalistas moçambicanos (o «Grupo Galo», conotado com a Frelimo, mas não integrante da sua estrutura política), esta onda de violência provocou o terror entre a população branca de Lourenço Marques, conduzindo à saída apressada de milhares de brancos para a África do Sul e a Rodésia. Embora de forma mais contida, a violência racial

⁸⁹ PRO, FCO 45/1541, *Political situation in Mozambique*, 1974.

⁹⁰ Para uma descrição «pessoal» da rebelião por alguns dos intervenientes veja-se: SAAVEDRA, 1975; MESQUITELA, 1976; OLIVEIRA, 1978; COUTO, 2011; CARDOSO, 2014.

continuou nas semanas seguintes, por meio de agressões, roubos e destruição de bens e propriedades de brancos⁹¹.

A TOMADA DE POSSE DO GOVERNO DE TRANSIÇÃO DE MOÇAMBIQUE

O Alto-Comissário Vitor Crespo chegou a Lourenço Marques a 12 de Setembro de 1974, quatro dias antes de Joaquim Chissano, que foi empossado Primeiro-Ministro do Governo de Transição no dia 21 de Setembro de 1974. O Governo de Transição integrou vários Democratas de Moçambique, que voluntariamente confluíram na Frelimo. Assim, o executivo era constituído por Armando Guebuza, Ministro do Interior, da Frelimo; Rui Baltazar Santos Alves, Ministro da Justiça, dos Democratas de Moçambique; Mário Fernandes Graça, Ministro da Economia, dos Democratas de Moçambique; Óscar Monteiro, Ministro da Informação, da Frelimo; Gideon Ndobe, Ministro da Educação e Cultura, da Frelimo; Tenente-Coronel Eugénio Figueira Picolo, Ministro dos Transportes e Comunicações, indicado por Portugal; António Joaquim Paulino, Ministro da Saúde e Assuntos Sociais, indicado por Portugal; Mariano de Araújo Matsinhe, Ministro do Trabalho, da Frelimo; Luís Maria Alcântara Santos, Ministro das Obras Públicas, indicado por Portugal⁹².

A tomada de posse do Governo de Transição inaugurou uma nova fase no processo de descolonização de Moçambique. Teve então início a retirada progressiva da tropa portuguesa estacionada no território moçambicano, a substituição dos quadros superiores da administração pública por novos elementos afectos à Frelimo, a criação de um banco central moçambicano, enfim, a preparação do país para a plena independência. Porém, esse processo foi gravemente prejudicado pela saída de grande parte dos recursos humanos mais qualificados, em especial os brancos, cujo êxodo prosseguiu nos meses seguintes, e a conseqüente derrapagem da economia moçambicana. A este respeito, o medo e a violência, por vezes com cunho racial, terão sido duas das principais causas do êxodo da população branca. Mas houve outros motivos que também contribuíram para a saída dos brancos, nomeadamente o modo como foi concretizado o processo de descolonização, por meio de um acordo fechado entre Portugal e a Frelimo e a concomitante marginalização política dos outros partidos; a

⁹¹ MACHAVA, 2015: 72-75. Os relatórios elaborados pelo Consulado Britânico em Lourenço Marques são particularmente relevantes para a compreensão da rebelião. Para além de descreverem de forma minuciosa os acontecimentos, os diplomatas britânicos responsabilizaram os Democratas de Moçambique por terem criado um ambiente propício à revolta devido ao radicalismo e ao extremismo das suas posições, mas atribuíram as maiores responsabilidades ao Estado Português, por ter negociado um acordo sem ter tido em consideração as opiniões e os interesses da população. PRO, FCO 45/1542, *Political situation in Mozambique*, 1974; PRO, FCO 45/1543, *Political situation in Mozambique*, 1974 [em especial *Despatches* by Stanley Duncan, HM Consul General at Lourenço Marques, entitled *European insurrections in Mozambique*, 7-10 September 1974].

⁹² PRO, FCO 45/1542, *Political situation in Mozambique*, 1974.

transferência do poder em regime de monopólio para a Frelimo; a adoção de políticas económicas de cariz marxista-leninista; a criação de um regime de partido único⁹³.

Mas a análise da fase de pré-independência — ou seja, os nove meses compreendidos entre 21 de Setembro de 1974 e 25 de Junho de 1975 — já não reentra no âmbito deste trabalho, merecendo só por si um estudo detalhado e que está em larga medida por fazer, pelo menos em termos historiográficos. Interessa-nos, porém, assinalar o corte representado pela assinatura do Acordo de independência e a subsequente tomada de posse do governo de transição na história da descolonização de Moçambique. De facto, o mês de Setembro de 1974 representou um momento de charneira, após o qual se assistiu ao recuo da sociedade civil moçambicana, ao desaparecimento dos muitos partidos e grupos políticos aparecidos durante a fase revolucionária do pós-25 de Abril de 1974 e à imposição de uma unicidade partidária não consentânea com a democracia. Embora breves, os cinco meses que mediaram a queda do Estado Novo e a tomada de posse do Governo de Transição representaram um momento de intenso debate político, na imprensa e na sociedade civil, de liberdade de expressão e de associação política, distinguindo-se claramente da fase posterior marcada pela criação de um regime de partido único em Moçambique.

FONTES

Public Record Office (PRO)

- PRO, FCO 45/1308, *Internal situation in Mozambique*, 1973.
 PRO, FCO 9/2065, *Relations between Portugal and Africa*, 1974.
 PRO, FCO 9/2049, *Overseas territories of Portugal*, 1974.
 PRO, FCO 9/2052, *Overseas territories of Portugal*, 1974.
 PRO, FCO 9/2503, *Overseas territories of Portugal*, 1974.
 PRO, FCO 45/1533, *Policy of Portugal to her overseas territories*, 1974.
 PRO, FCO 45/1534, *Policy of Portugal towards her overseas territories*, 1974.
 PRO, FCO 45/1539, *Political situation in Mozambique*, 1974.
 PRO, FCO 45/1540, *Political situation in Mozambique*, 1974.
 PRO, FCO, 45/1541, *Political situation in Mozambique*, 1974.
 PRO, FCO 45/1542, *Political situation in Mozambique*, 1974.
 PRO, FCO 45/1543, *Political situation in Mozambique*, 1974.
 PRO, FCO 45/1549, *Military situation in Mozambique*, 1974.
 PRO, FCO 45/1503, *Political situation in Angola*, 1974
 PRO, FCO 45/1731, *Mozambique: annual review for 1974*, 1975.

Fontes Impressas

- HASTINGS, Adrian (1974). *Wiryamu*. Londres: Search Press.
 JARDIM, Jorge (1976). *Moçambique terra queimada*. Lisboa: Editorial Intervenção.
 MESQUITELA, Clotilde (1976). *Moçambique 7 de Setembro*. Lisboa: A Rua.

⁹³ RITA-FERREIRA, 1988: 121-169.

- MONDLANE, Eduardo (1969). *The Struggle for Mozambique*. Harmondsworth: Penguin.
- OLIVEIRA, Bernardino G. (1978). *Aqui (Portugal) Moçambique*. Vila Nova de Famalicão: Centro Gráfico.
- SANTOS, António de Almeida (1975). *15 meses no governo ao serviço da descolonização*. Lisboa: Asa.
- SAAVEDRA, Ricardo de (1975). *Aqui Moçambique Livre*. Johannesburg: Livraria Moderna.
- SPÍNOLA, António de (1974). *Portugal e o futuro*. Lisboa: Arcádia.
- SPÍNOLA, António de (1976). *Ao Serviço de Portugal*. Lisboa: Bertrand.
- SPÍNOLA, António de (1978). *País sem rumo*. Lisboa: Scire.

Periódicos

- «A Província de Angola». 15835 (12 Set. 1974) 2.
- «Notícias». 16120 (26 Abr. 1974) 1.
- «Notícias». 16121 (27 Abr. 1974) 2.
- «Notícias». 16122 (28 Abr. 1974) 1.
- «Notícias». 16123 (29 Abr. 1974) 1.
- «Notícias». 16123 (29 Abr. 1974) 2.
- «Notícias». 16123 (29 Abr. 1974) 5.
- «Notícias». 16124 (30 Abr. 1974) 1.
- «Notícias». 16125 (01 Mai. 1974) 2.
- «Notícias». 16125 (01 Mai. 1974) 2 e 13.
- «Notícias». 16126 (03 Mai. 1974) 1 e 2.
- «Notícias». 16127 (04 Mai. 1974) 1-2.
- «Notícias». 16129 (06 Mai. 1974) 1 e 4.
- «Notícias». 16136 (13 Mai. 1974) 1 e 5.
- «Notícias». 16139 (16 Mai. 1974) 1.
- «Notícias». 16142 (19 Mai. 1974) 4.
- «Notícias». 16149 (26 Mai. 1974) 18.
- «Notícias». 16150 (27 Mai. 1974) 1.
- «Notícias». 16154 (31 Mai. 1974) 1.
- «Notícias». 16155 (01 Jun. 1974) 4.
- «Notícias». 16156 (02 Jun. 1974) 1.
- «Notícias». 16158 (04 Jun. 1974) 5.
- «Notícias». 16159 (05 Jun. 1974) 2.
- «Notícias». 16161 (07 Jun. 1974) 4.
- «Notícias». 16163 (09 Jun. 1974) 1.
- «Notícias». 16169 (17 Jun. 1974) 1.
- «Notícias». 16171 (19 Jun. 1974) 1.
- «Notícias». 16174 (22 Jun. 1974) 7.
- «Notícias». 16176 (24 Jun. 1974) 1.
- «Notícias». 16177 (25 Jun. 1974) 2.
- «Notícias». 16178 (26 Jun. 1974) 1.
- «Notícias». 16185 (03 Jul. 1974) 12.
- «Notícias». 16187 (05 Jul. 1974) 1.
- «Notícias». 16187 (05 Jul. 1974) 5.
- «Notícias». 16195 (13 Jul. 1974) 5.
- «Notícias». 16204 (22 Jul. 1974) 1.
- «Notícias». 16207 (26 Jul. 1974) 1.
- «Notícias». 16208 (27 Jul. 1974) 1.

- «Notícias». 16210 (29 Jul. 1974) 5.
 «Notícias». 16222 (10 Ago. 1974) 1.
 «Notícias». 16225 (13 Ago. 1974) 1.
 «Notícias». 16225 (13 Ago. 1974) 1-2.
 «Notícias». 16227 (15 Ago. 1974) 1.
 «Notícias». 16228 (17 Ago. 1974) 1.
 «Notícias». 16231 (20 Ago. 1974) 3.
 «Notícias». 16235 (24 Ago. 1974) 2.

O acordo de Lusaka inconstitucional e antidemocrático não defende os interesses de Portugal e dos povos de Moçambique. «Jornal Português de Economia & Finanças». 325 (16-31 Dez. 1974) 7-12.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos (2010). *Os Anos da Guerra Colonial, 1961-1974*. Porto: Quidnovi.
- ALEXANDRE, Valentim (2017). *Contra o vento. Portugal, o império e a maré anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Temas e Debates.
- ANTUNES, José Freire (1996). *Jorge Jardim: agente secreto*. Venda Nova: Bertrand.
- BERNARDO, Manuel (2003). *Combater em Moçambique: Guerra e Descolonização, 1964-1975*. Lisboa: Prefácio.
- BRAGANÇA, Aquino de; WALLERSTEIN, Immanuel (1982). *The African Liberation Reader*. Londres: Zed.
- CABAÇO, José Luís (2010). *Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação*. Maputo: Marimbiqwe.
- CAMILO, Carlos (1984). *Moçambique: Os acontecimentos de 7 de Setembro e 21 de Outubro de 1974*. In ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL, ed. *Seminário 25 de Abril. 10 anos depois*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 341-343.
- CANN, John P. (1997). *Counterinsurgency in Africa: The Portuguese Way of War, 1961-1974*. London: Greenwood Press.
- CARDOSO, Ribeiro (2014). *O Fim do Império: Memórias de um Soldado Português: O 7 de Setembro de 1974 em Lourenço Marques*. Lisboa: Caminho.
- CARVALHO, Otelio Saraiva de (1991). *Alvorada em Abril*. Lisboa: Alfa.
- CASTELO, Cláudia (2007). *Passagens para África: O Povoamento de Angola e de Moçambique com naturais da metrópole*. Porto: Afrontamento.
- COUTO, Fernando (2011). *Moçambique 1974: O fim do Império e o nascimento da nação*. Lisboa: Caminho.
- DIAS, Jorge (1964). *Os Macondes de Moçambique*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- GARCIA, Francisco Proença (2003). *Análise global de uma guerra. Moçambique, 1964-1974*. Lisboa: Prefácio.
- GOMES, Carlos de Matos (2002). *Moçambique 1970: Operação Nó Górdio*. Lisboa: Prefácio.
- HENRIKSEN, Thomas (1983). *Revolution and Counter-Revolution: Mozambique's War of Independence, 1964-1974*. Westport: Conn.
- ISAACMAN, Allen; ISAACMAN, Barbara (1983). *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982*. Boulder/Colorado: Westviem Press.
- ISAACMAN, Allen; ISAACMAN, Barbara (2020). *Mozambique's Samora Machel: A Life Cut Short*. Athens: Ohio University Press.
- MACHAVA, Benedito (2015). *Galo amanheceu em Lourenço Marques: O 7 de Setembro e o verso da descolonização de Moçambique*. «Revista Crítica de Ciências Sociais». 106, (Maio 2015) 53-84.
- MACQUEEN, Norrie (1998). *A Descolonização da África Portuguesa*. Mem Martins: Inquérito.
- MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Rui (2010). *Nacionalistas de Moçambique: Da luta armada à independência*. Lisboa: Texto Editores.

- MENDES, Maria Clara (1985). *Maputo antes da independência: Geografia de uma cidade colonial*. Lisboa: Memórias do Instituto de Investigação Científica Tropical.
- MOITA, Luís (1984). *Não há uma mas várias descolonizações*. In ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL, ed. *Seminário 25 de Abril. 10 anos depois*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 287-290.
- MORIER-GENOUD, Eric, ed. (2012). *Sure Road? Nationalisms in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique*. Leiden: Brill.
- NEWITT, Malyne (1995). *A History of Mozambique*. London: C. Hurst & Co.
- OPELLO JR., Walter C. (1975). *Pluralism and Elite Conflict in an Independence Movement: Frelimo in the 1960s*. «Journal of Southern African Studies». 2, 1, 62-82.
- PASSERINI, Luisa (1970). *Colonialismo Portoghese e Lotta di Liberazione nel Mozambico*. Torino: Einaudi.
- PELISSIER, René (1987). *História de Moçambique: Formação e oposição (1854-1918)*. Lisboa: Estampa.
- PIMENTA, Fernando Tavares (2010). *Portugal e o Século XX: Estado-Império e Descolonização, 1890-1975*. Porto: Afrontamento.
- PIMENTA, Fernando Tavares (2012). *Os Nacionalismos no Império: Angola e Moçambique*. In JERÓNIMO, Miguel Bandeira, coord. *O Império Colonial em Questão*. Lisboa: Edições 70, pp. 65-91.
- PIMENTA, Fernando Tavares (2014). *Emigração madeirense para Angola e Moçambique (1930-1948): O Caso do Arquivo da Agência Ferraz*. «Islenha». 54, 93-110.
- PIMENTA, Fernando Tavares (2016). *Decolonisation Postponed: the Failure of the Colonial Politics of Marcelo Caetano*. «Social Dynamics: A Journal of African Studies». 42, 1, 12-30.
- PIMENTA, Fernando Tavares (2018). *Branços de Moçambique: Da oposição eleitoral ao salazarismo à descolonização (1945-1975)*. Porto: Afrontamento.
- PIMENTA, Fernando Tavares (2019). *Cidades Coloniais: formas de organização sócio-identitária na África Portuguesa (Luanda, Benguela, Lourenço Marques e Beira)*. In AVELINO, Yvone Dias, ed. *Tecituras das Cidades: História, Memória e Património*. São Paulo: Gramma, pp. 133-153.
- RITA-FERREIRA, António (1958). *Agrupamento e caracterização étnica dos Indígenas de Moçambique*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- RITA-FERREIRA, A. (1988). *Moçambique post-25 de Abril: Causas do êxodo da população de origem europeia e asiática*. In INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA, ed. *Moçambique: cultura e história de um país*. Coimbra: Instituto de Antropologia, pp. 121-169.
- SANTOS, António de Almeida (2006). *Quase memórias. Vol. 1: Do colonialismo e da descolonização. Vol. 2: Da descolonização de cada território em particular*. Lisboa: Casa das Letras; Notícias.
- SCNEIDMAN, Witney W. (2005). *Confronto em África. Washington e a queda do Império Colonial Português*. Lisboa: Tribuna.
- SOUTO, Amélia Neves de (2007). *Caetano e o ocaso do Império: Administração e guerra colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*. Porto: Afrontamento.
- UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. Centro de Estudos Africanos da (1993). *História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, vol. 3.